

Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Excelência

O texto do Tratado sobre o Comércio das Armas foi aprovado na Assembleia-geral das Nações Unidas no passado dia 2 de Abril de 2013 com 154 votos a favor – entre os quais o de Portugal – 23 abstenções e apenas 3 votos contra.

O Observatório Permanente sobre a Produção, Comércio e Proliferação das Armas Ligeiras, a Amnistia Internacional – Portugal, a Comissão Nacional Justiça e Paz, o Observatório sobre Género e Violência Armada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a Pax Christi – Portugal e a Pró Dignitate - Fundação de Direitos Humanos, manifestam a Vossa Excelência o seu regozijo por esta aprovação que permitiu iniciar os primeiros passos para a viabilização de um Tratado relativamente forte e abrangente susceptível de contribuir para um maior controlo do fluxo de armas ligeiras que proliferam no mundo, ajudando, deste modo, a reduzir os efeitos da violência por elas provocados sobre os seus cidadãos.

Queremos saudar, também, a atitude da diplomacia portuguesa que, desde a primeira hora, se bateu por um Tratado com capacidade para regulamentar, com eficácia, o comércio das armas, integrando o grupo de países que mais se empenharam para conseguir um bom resultado neste domínio da cooperação internacional, quer no âmbito da União Europeia, quer nas diversas fases por que passou, nas Nações Unidas, a sua negociação, designadamente nas Conferências Diplomáticas de Julho de 2012 e de Março de 2013.

As entidades signatárias do presente documento reconhecem que haverá ainda que vencer algumas etapas de natureza processual, não por isso menos importantes, que condicionam a entrada em vigor deste Tratado: a sua assinatura e a sua ratificação.

Deste modo solicitamos a Vossa Excelência que:

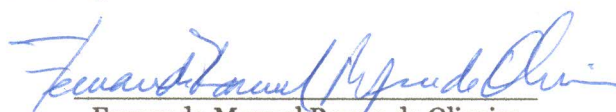
- por Portugal, se verifique a assinatura do Tratado, com a maior urgência, após a data em que, nas Nações Unidas, se puder dar lugar a este formalismo;
- em Portugal, com a conveniente brevidade, se inicie o processo de ratificação deste Tratado, por forma a que, mesmo tendo em conta as diligências a empreender com os Ministérios a ouvir e a apresentação à Assembleia da República, se consiga entregar nas Nações Unidas o instrumento de ratificação a tempo de permitir que o nosso país figure entre os primeiros cinquenta Estados que o fizerem, contribuindo, assim, directamente, para colocar em vigor o Tratado sobre o Comércio das Armas;



- no âmbito internacional e, em particular, junto dos países que, com Portugal, constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, se diligencie no sentido de se conseguir uma sintonia de comportamentos favoráveis a uma entrada em vigor do Tratado sobre o Comércio de Armas tão cedo quanto possível e, mais importante ainda, a uma aplicação rigorosa do seu conteúdo.

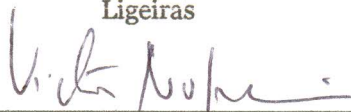
Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os nossos melhores cumprimentos.

Lisboa, 24 de Maio de 2013



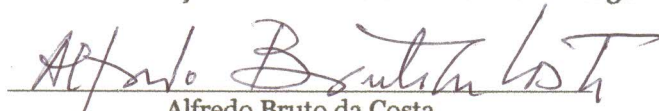
Fernando Manuel Roque de Oliveira

Presidente do Observatório Permanente sobre a Produção, Comércio e Proliferação das Armas Ligeiras



Victor Nogueira

Presidente da Direção da Amnistia Internacional Portugal



Alfredo Bruto da Costa

Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz



Rita Santos

Coordenadora do Observatório sobre Género e Violência Armada/C.E.S./Universidade de Coimbra



D. Januário Torgal Ferreira
Presidente Pax Christi – Portugal



Maria de Jesus Barroso Soares
Presidente da Pro Dignitate, Fundação de Direitos Humanos

